



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1742/15	DATA: 16/09/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h26min	TÉRMINO: 13h16min	PÁGINAS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NEILTON FIDELIS DA SILVA – Coordenador Executivo do Projeto IES-Brasil do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas — FBMC.
WILLIAM WILLS - Coordenador de Pesquisa e Modelagem Macroeconômica do Projeto IES-Brasil do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas — FBMC.
TIAGO MODESTO CARNEIRO COSTA - Diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União — TCU.
EDUARDO JOSÉ VIOLA - Professor Doutor em Ciência Política do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília — UnB.

SUMÁRIO

Debate sobre o tema Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas — COP 21: Histórico e Perspectivas da Efetividade dos Programas Brasileiros de Redução de Gases de Efeito Estufa.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenção ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Bom dia, senhoras e senhores!

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater a Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas — COP 21: Histórico e Perspectivas da Efetividade dos Programas Brasileiros de Redução de Gases de Efeito Estufa, em decorrência de requerimento aprovado por unanimidade na Comissão, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, a quem convido para compor a nossa Mesa. *(Pausa.)*

Também convido o Sr. Tiago Modesto Carneiro Costa, Diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Neilton Fidelis da Silva, Coordenador-Executivo do Projeto IES-Brasil — Implicações Econômicas e Sociais/Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas — FBMC. *(Pausa.)*

Convido o Sr. William Wills, Coordenador de Modelagem do Projeto IES-Brasil — Implicações Econômicas e Sociais do FBMC — Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. *(Pausa.)*

Convido, enfim, para ocupar nossa Mesa de honra, o Sr. Eduardo Viola, Professor Doutor em Ciência Política do Instituto de Relações Internacionais da UnB — Universidade de Brasília. *(Pausa.)*

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Cada palestrante convidado terá 15 minutos, e eu solicito a todos que observem esse tempo no nosso cronômetro ao lado, para que possamos ter uma audiência bastante produtiva.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para a transmissão pela Internet e em programas desta Casa.



Nós estamos um pouco atrasados e temos alguns palestrantes com o horário reduzido, devido a problemas de voo. Então, queria passar a palavra inicialmente ao Deputado Arnaldo Jordy, ele que é o proponente desta audiência pública. *(Pausa.)*

Vamos aguardar um momento, pois o Deputado está dando uma entrevista. *(Pausa.)*

Aproveito para registrar a presença dos Deputados Augusto e Ricardo Tripoli, que se fazem presentes em plenário.

Deputado Arnaldo Jordy, V.Exa. está com a palavra para iniciar a nossa audiência pública, como proponente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Bom dia a todas e a todos!

Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Martins, eu vou ser brevíssimo, para que possamos dar oportunidade aos nossos convidados, e sabemos que alguns deles têm o problema de horário para pegar o voo.

Primeiro, quero agradecer a presença de todos, das Sras. e dos Srs. Deputados, em especial dos nossos convidados aqui presentes. O objetivo desta audiência é que possamos esgarçar um pouco mais esse debate diante do papel estratégico, fundamental, que o Brasil pode cumprir na principal Conferência que a Organização das Nações Unidas promove, essa Conferência do Clima, que vai ser realizada este ano.

Sem dúvida alguma, é uma oportunidade para que a Câmara dos Deputados, através desta Comissão, da Frente Ambientalista e de todos aqueles que se movimentam em torno dessa agenda, possa dialogar com o Governo no sentido de melhorar a proposta, de ter o Brasil com um papel mais protagonista do que foi, por exemplo, na Rio+20, quando, a meu juízo e acho que a juízo de muitas pessoas, demonstrou uma postura muito tímida, aquém daquilo que o Brasil poderia representar.

Esta é a minha preocupação e, com certeza, de alguns Deputados. Acho que momentos como este nos ajudam a refletir e, talvez, a organizar uma agenda no sentido de dialogar com o Poder Executivo, com o Governo brasileiro, para que o Brasil tenha um papel um pouco mais protagonista, nesse que é um desafio civilizatório, um desafio global.



Então, Sr. Presidente, sem mais delongas, eu devolvo a palavra a V.Exa. e desejo uma boa audiência e um bom debate a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy. (*Pausa.*)

Nós vamos inverter aqui um pouco a ordem dos palestrantes, devido ao problema de voo.

Então, inicialmente, convido o Sr. Neilton Fidelis da Silva para fazer uso da palavra por até 15 minutos.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Martins.

Quero agradecer também, em nome do Prof. Luiz Pinguelli Rosa, que é o Secretário-Executivo do Fórum, a esta Comissão, que sempre tem sido atenta às atividades do Fórum, e agradecer ao Deputado Arnaldo Jordy pelo convite para, mais uma vez, nesta Casa, nós apresentarmos o Projeto IES-Brasil. (*Pausa.*)

Há uma apresentação aí? (*Pausa.*)

Eu queria, só rapidamente, explicar por que o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas abriga e é o animador desse projeto. Na verdade, esse projeto nasce de uma iniciativa na África do Sul em que a ideia é colocar os diversos atores que fazem a sociedade sul-africana para discutirem, a partir das experiências por setor, qual é a narrativa de futuro para a África do Sul, até 2030, e, a partir dessa narrativa, calcularem a dimensão das emissões daí advindas, e, a partir de uma cesta de alternativas de mitigação que o País possa implementar, verificarem como isso impacta na economia, na dinâmica social, qual será o impacto socioeconômico disso.

Sobre essa proposta, um dos nossos professores, coordenador da pesquisa, apresentou para a Ministra Izabella Teixeira a possibilidade de fazermos no Brasil uma proposta semelhante. A Ministra entendeu a ideia, achou-a bastante interessante e só alertou para que, diferentemente de outros países, como a Colômbia, o Peru, o Chile e a própria África do Sul, que têm projetos do Governo, no Brasil ela entendeu que existem outras ações em curso que tentam formar cenários futuros de emissões e calculam também as possibilidades de mitigação.



Então, ela entendeu que o espaço do Fórum seria o local adequado. Eu sempre digo que é um tanto difícil explicar o funcionamento do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Ele foi criado por um decreto presidencial, mas não faz parte da estrutura da gestão pública, e tem o atrativo de ser presidido pela Presidência da República. Mas, como não faz parte da estrutura organizacional do Estado, isso lhe permite uma discussão maior e mais livre com todos os setores que compõem o Fórum.

Nessa perspectiva, o IES-Brasil é um projeto participativo. Desde a sua concepção, nós — eu, o William Wills, o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, a Charlotte Heffer — percorremos este País. Quando dizemos que percorremos todo o País, em regra, não é bem uma verdade, visto que percorrer o País é ir ao Rio, a São Paulo, a Brasília e a Minas. Mas houve uma tentativa de estender essa discussão a diversos atores. Esse é um desafio do Fórum, porque a maioria das entidades nacionais está em São Paulo. Assim, estender isso a mais lugares é um desafio que temos.

Quando estruturamos o projeto, pedimos às entidades que apresentassem especialistas de seus setores para contribuir com o Comitê de Elaboração de Cenários do projeto. Nós identificamos 85 especialistas de diversos setores, que passaram a compor o Comitê. Fizemos cinco reuniões, com uma média de 70 a 75 pessoas. Foi bem representativo. Estavam envolvidos diversos agentes do próprio Governo, representantes de vários Ministérios. O nosso primeiro contato foi com o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Tivemos também a participação de vários atores importantes na composição das emissões brasileiras, atores do setor produtivo, do setor de energia e da sociedade civil.

O Comitê de Elaboração de Cenários era o espaço deliberativo do projeto. A ideia era partir da experiência dos especialistas no setor para definir narrativas de futuro e, num processo de negociação, identificar alternativas de mitigação.

O projeto tem dois cortes: 2020 a 2030 e 2030 a 2050. O Brasil tem compromissos assumidos para 2020 — esse ano já estava definido para o projeto. A nossa questão é o que acontece depois de 2020. Assim, esse Comitê elaborava todas as premissas para fazer uso delas no modelo.

Vendo o professor Viola, eu me lembro de um evento ao qual nós fomos. O Prof. Viola comentou: *“Os modelos matemáticos são bastante fechados neles*



mesmos. Não respondem por si próprios". Eu lembro que o Prof. Roberto Schaeffer até dizia: *"Porque o modelo é matemático, ensinamos matemática às crianças, porque ela é bem objetiva"*.

O Comitê de Pesquisa não faz juízo de valor das premissas adotadas. Ele tenta fazer uma tradução dessa narrativa para uma linguagem matemática e, assim, apresentar as suas proposições.

Assim, o projeto ficou estruturado da seguinte forma: o Fórum Brasileiro como o animador de todo o processo, o articulador disso; o Prof. Luiz Pinguelli Rosa como Coordenador-Geral do projeto; o Comitê de Elaboração de Cenários como uma instância deliberativa, na qual se faziam as negociações. Eu não falo em consenso, mas eu falo em convergência. Esse Comitê também, diante de algum tema não muito fácil de se chegar a uma ideia mais convergente, tinha a prerrogativa de criar grupos de trabalho para especificamente se debruçarem sobre um item muito particular. E, numa última instância, havia o plenário do Fórum.

Eu até convido todos aqui para, dia 22, às 15 horas, estarem presentes no auditório do Ministério do Meio Ambiente, onde nós vamos fazer uma reunião do Fórum e oficialmente entregar ao Governo Federal os resultados do projeto. Isso não significa que o Governo não tenha conhecimento disso. Nós já vínhamos fazendo reuniões com vários Ministérios. Inclusive, o próprio Itamaraty publicamente já disse que o projeto IES-Brasil, juntamente com outras iniciativas, faz parte do seu banco de informação para formação da posição brasileira. Assim, nessa plenária do Fórum — inclusive o próprio plenário do Fórum tem a autoridade de fazer algum questionamento sobre o projeto — nós entregaremos no dia 22 o projeto ao Governo Federal.

Já me adiantando um pouco, vou passar a palavra diretamente ao William Wills, porque ele vai trabalhar mais especificamente com o modelo.

O SR. WILLIAM WILLS - Bom dia a todos.

Agradeço o convite à Comissão de Meio Ambiente.

Eu vou continuar a apresentação do projeto, iniciando um pouco a parte mais técnica, que envolveu diversos modelos setoriais e modelos de equilíbrio geral para tentar entender qual seria a consequência de novas políticas climáticas, políticas de



mitigação de emissões, qual influência elas teriam sobre a economia do País e sobre o desenvolvimento social.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós tínhamos uma configuração com alguns modelos. Por exemplo, em verde, ali está o modelo de uso do solo, o BLUM — Brazilian Land Use Model, que foi desenvolvido pelo Instituto Agroicone de São Paulo. Embaixo nós tínhamos modelos de ofertas de demanda de energia, modelos de resíduos, de processos industriais e, no centro, modelos de equilíbrio geral, o IMACLIM-BR, que recebia esses dados setoriais, mostrando como a tecnologia vai evoluir até 2030. Trocando informações com esses modelos de preços, demandas, etc., nós conseguíamos chegar a um equilíbrio da economia para esse ano de 2030 em diversos cenários.

Inicialmente, nós tínhamos três cenários a serem estudados. Na linha azul está o Cenário de Plano Governamental — CPG, no qual já temos as medidas previstas na Política Nacional sobre Mudança do Clima, a meta de Copenhague e nossas metas para 2020.

Em nosso Cenário de Plano Governamental, já existem essas medidas. Nós queríamos estudar, então, novos cenários de mitigação para 2030, com os quais o Brasil vai ter que se comprometer até o final do ano. E nós queríamos entender qual seria o impacto desses cenários de mitigação adicional sobre a economia, para tentarmos escolher qual seria a política mais adequada a ser implementada, a ser proposta.

É importante dizer que os cenários são puramente exploratórios. Nós estamos testando possibilidades. Como o Neilton disse, nós tínhamos 85 pessoas envolvidas de diversas instituições, com objetivos e interesses diversos. Dessa forma, nós estávamos testando possibilidades, não queríamos obrigar ninguém a fazer nada.

Os cenários não são os mais prováveis talvez, mas são cenários adequados a esse tipo de estudo. Por exemplo, o Cenário de Plano Governamental considera um crescimento do PIB até 2030, em média de 3,9% ao ano, o que é bastante otimista, e é baseado no Plano Nacional de Energia 2050, elaborado pela EPE — Empresa de Pesquisa Energética, ligada ao MME. Assim, trata-se de um cenário otimista. Talvez não seja o mais provável, mas é um cenário adequado para ser utilizado neste tipo de estudo, porque ele acaba sendo conservador para o nosso objetivo.



Por um lado, o planejador energético tem que se preparar para um crescimento mais elevado, porque, se o Brasil crescer menos, a oferta estará equacionada, nós conseguiremos responder à demanda. Por outro lado, como nós queríamos prover subsídios ao Governo para a definição da meta brasileira para 2030, tendo um cenário de crescimento mais elevado e mostrando que é possível que o Brasil fique abaixo de certo valor de emissões com o Brasil crescendo muito, se o Brasil crescer menos, provavelmente, vai ser mais fácil também ficar abaixo daquela meta que o Brasil teria proposto. Assim, desse ponto de vista, são cenários conservadores.

Aqui estão algumas premissas desse cenário-base. Eu não vou passar por todas elas. Mas é importante falar que esse cenário-base, cenário CPG, não é um cenário *business as usual*, não é um cenário que vai acontecer se não fizermos nada. Não. Trata-se de um cenário otimista em que o Brasil tentaria superar suas principais dificuldades. Assim, teríamos bastante investimento em infraestrutura, em produtividade do trabalhador. É isso o que está por trás da história desse Cenário de Plano Governamental com esse crescimento mais elevado. Isso significa que o Brasil teria que fazer todo o seu dever de casa para que nós pudéssemos realmente ter esse crescimento.

Primeiramente fizemos o cálculo das emissões nesse Cenário de Plano Governamental. Entre 1990 e 2010, nós temos os dados dos inventários nacionais e nós vimos que no passado — por exemplo, em 1995 — nós tivemos um grande pico de desmatamento, e as emissões foram lá para cima. Entre 2005 e 2010, as emissões relativas ao desmatamento diminuíram bastante — o desmatamento reduziu bastante e nossas emissões caíram significativamente.

E nós vemos que, se atingirmos as metas de Copenhague — se conseguirmos manter o desmatamento sob controle etc. —, as emissões vão crescer, mas vão crescer muito pouco até 2020. E provavelmente vamos atingir aquela meta a que o Brasil se propôs, principalmente devido ao controle de desmatamento, que tem tido bastante sucesso, e também porque, naquela meta de Copenhague, nós tínhamos uma linha de base com crescimento estimado na década de 5% ao ano, o que não está se comprovando na prática. Sendo assim, nós vamos conseguir atingir a meta de Copenhague de forma bastante tranquila.



Nós continuamos essa projeção do cenário-base fazendo cálculo das emissões entre 2020 e 2030. E vemos que as emissões voltam a crescer de forma mais intensa, mais acelerada. Por quê? Entre 2020 e 2030, nós consideramos que o desmatamento continuaria controlado, de acordo com as metas de Copenhague, que aqueles 4 mil quilômetros quadrados se manteriam constantes até 2030, ou seja, que não haveria nenhum pico de desmatamento, com o Plano ABC — Agricultura de Baixa Emissão de Carbono implementado, etc.

Nós percebemos que esse crescimento das emissões nas décadas de 2020 e de 2030 se daria, principalmente, devido à queima de combustíveis fósseis e do crescimento da atividade agropecuária. Trata-se de atividades que estão diretamente ligadas à geração de PIB no País — transportes, indústria, etc. Para reduzir esse tipo de emissões, temos que ter um plano mais robusto, porque, como essas emissões são mais estruturais e estão diretamente ligadas à geração de PIB no País, qualquer plano malfeito pode ser desastroso.

Sendo assim, nós dividimos entre esse grupo de especialistas cinco grandes temas que estão descritos nesse eslaide aqui: AFOLU — Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo; energia; resíduos; transporte; e indústria.

Nós dividimos aqueles 85 especialistas por esses grupos, e eles pensaram nas medidas de mitigação mais adequadas a serem implementadas nesse período até 2030. E, junto com eles, nós definimos custos: custo de investimento, custo de operação e também potencial de abatimento de cada uma dessas medidas no período.

Nós organizamos, então, as medidas numa curva de custo marginal de abatimento. No eixo “y”, temos o custo por tonelada de cada medida; e, no eixo “x”, o potencial de abatimento de cada medida nesse período até 2030.

É importante mostrar que, aproximadamente, 75% do potencial de abatimento identificado pelos especialistas tem custo abaixo de 20 dólares por tonelada de CO₂. Ou seja, o Brasil tem realmente diversas possibilidades de redução de emissões a baixo custo. Isso é muito positivo.

Por outro lado, o que nós realmente queríamos avançar, em termos de ciência, era a partir dessas medidas identificadas e dessa curva de custo marginal de abatimento, que já tinha sido elaborada em outros estudos; como o estudo de



McKinsey, em 2008; e o estudo do Banco Mundial, de 2010. Essa curva de custo marginal de abatimento já tinha sido feita antes para o Brasil, mas nós nunca estudamos as consequências macroeconômicas, com essas medidas todas sendo implementadas ao mesmo tempo no País. E foi esse passo a mais que nós quisemos dar com esse estudo.

Então, com aquele modelo de equilíbrio geral, o IMACLIM, recebendo as informações dos modelos setoriais que reproduziam a introdução dessas medidas de mitigação em cada um dos setores, nós começamos a analisar diversos indicadores macroeconômicos. Por exemplo, o PIB. Nós observamos que houve uma tendência marginal de crescimento do PIB neste cenário MA1 e MA2. No cenário MA1, foram introduzidas medidas com custo de até 20 dólares por tonelada; e no MA2, até 100 dólares por tonelada.

Nós observamos, nesse primeiro grupo de cenários, uma tendência marginal de crescimento do PIB, que se dava principalmente devido à maior penetração de biocombustíveis e biomassa na geração de energia para o País. Por quê? Porque essas energias estão substituindo energias de combustíveis fósseis, que são muito intensivas em capital e pouco intensivas em trabalho. Quando nós substituímos esse combustível fóssil por biocombustíveis, bioenergia, verificamos que a fase agrícola desses combustíveis emprega muita gente, mesmo o etanol mecanizado, com a colheita mecanizada, etc. A quantidade de energia do etanol gera de três a quatro empregos a mais do que a mesma quantidade de energia de gasolina, para dar um patamar.

Nós tivemos uma taxa de desemprego menor nesses cenários de mitigação adicional. E, com uma taxa de desemprego menor, nós tivemos uma massa salarial maior, o que ativou toda a economia, porque uma massa salarial maior consome mais de todos os outros produtos. Esse é o resultado do PIB.

Nós continuamos analisando diversos indicadores. Por exemplo, a taxa de desemprego foi reduzida por causa do emprego na fase agrícola da bioenergia, mas também por toda a economia estar trabalhando num nível de atividade maior. Só que essa taxa de desemprego menor vem a um custo. Nosso mercado de trabalho está modelado com uma curva de salários dinâmica. Há um artigo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR que diz que quanto



menor a taxa de desemprego, maior o salário que se tem a oferecer ao trabalhador. Esse desemprego menor causou um aumento de salários e um aumento de custos de produção. Então, se nós olhamos para o Índice Geral de Preços, vemos que há um aumento dos custos de produção. Esse aumento não é só devido ao aumento dos salários, mas ao aumento do preço do petróleo no período, baseado no ano de 2005, e também devido aos investimentos em mitigação.

Esse Índice Geral de Preço maior, o custo de produção maior, acaba prejudicando a nossa competitividade internacional, o que se reflete no nível de atividade da indústria e no saldo da balança comercial. Vemos que há uma perda de saldo da balança comercial nesses cenários.

Em relação a esse primeiro grupo de cenários, é importante dizer que simulamos algo parecido com o que foi feito em Copenhague. O Brasil deu um passo a mais, e os outros países ficaram meio em cima do muro. Foi essa a simulação. Então, o Brasil teria cenários de mitigação adicionais mais ambiciosos, e os outros países não estariam fazendo muita coisa. Se esse cenário acontecer, tenderíamos a perder competitividade, a perder exportações, etc.

Do ponto de vista social, tentamos entender essa questão. Se, por um lado, os salários aumentam e, por outro lado, os custos aumentam, como fica o poder de compra das famílias?

Nesse primeiro grupo de cenários, os salários cresceram mais do que o nível de preços; e aí todas as classes de renda conseguiram ter um poder de compra um pouco superior. É bom esclarecer que as diferenças são marginais, mas observamos esse tipo de tendência.

Aqui constam os totais de investimentos em mitigação adicional no período. No MA1, seriam necessários investimentos da ordem de 99 bilhões de reais; no MA2, 372 bilhões de reais. São investimentos volumosos no período. Se fizermos a conta em relação ao PIB no ano, dá algo entre 0,5% e 1% do PIB. Esses são investimentos importantes.

Ao olhar para os resultados de mitigação de redução de emissões, se compararmos com o Cenário de Plano Governamental — CPG, em azul, vemos uma redução das emissões de 22% no MA1; e, no MA2, de 39%. Fizemos uma comparação da trajetória da redução de emissões.



Se compararmos com a emissão em anos anteriores, vemos que, no MA1, em amarelo, chegamos, em 2030, mais ou menos ao patamar que tínhamos em 1990, o que é muito positivo; e, no MA2, em verde, algo mais ambicioso, chegamos a 25% abaixo do patamar de 1990, o que também é bastante positivo.

Terminado esse grupo de cenários, chegamos à conclusão de que o Brasil dará um passo a mais, e os demais países não estarão fazendo muita coisa. Começamos a conversar com aquele comitê de especialistas e decidimos, então, simular um grupo de cenários. Assim buscaríamos simular uma negociação internacional de sucesso, e o mundo tentaria realmente atingir os 2 graus Celsius. E, para conseguir fazer uma simulação mais ou menos nivelada dos esforços, teríamos que ter uma precificação do carbono.

Simulamos essa precificação global do carbono com os seguintes valores: no MA1, 20 dólares por tonelada de CO₂; no MA2, 100 dólares por tonelada. Para o estudo, simulamos essa precificação sob a forma de uma taxa de carbono no Brasil, que incide sobre a queima de combustíveis fósseis, começando em 2015, crescendo, linearmente, até 2030, atingindo esses valores apresentados em 2030. É importante dizer que essa taxa de carbono seria recolhida pelo Governo.

Ao discutirmos com um grupo de especialistas, chegamos à premissa de que toda essa taxa recolhida pelo Governo, para não aumentar a carga tributária sobre o setor produtivo, seria devolvida ao setor produtivo, só que distribuída de uma forma um pouco diferente. Os setores que emitem pagam a taxa, e essa taxa é devolvida sob a forma de redução de encargos trabalhistas. Então, o Governo fica no zero a zero, e o setor produtivo em geral fica no zero a zero. Isso não pesa nas contas do Governo, e, de uma forma ou de outra, tentamos manter o mercado de trabalho aquecido, mesmo com a introdução da taxa de carbono, que tem um efeito recessivo. A taxa de carbono incide sobre a queima de combustíveis fósseis. Toda a infraestrutura que já está estabelecida no País é penalizada por essa taxa. Os custos de produção aumentam, porque há mais um tributo a ser pago. Aumentando o preço daquele produto, a demanda acaba caindo. Então, a taxa de carbono tem um efeito recessivo por esse lado. No longo prazo, ela estimula a introdução de tecnologias mais limpas, mas, num curto prazo, ela tem esse efeito recessivo.

Globalmente, esse tipo de estudo é feito assim.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILLIAM WILLS - Esse retorno da taxa para o setor produtivo, reduzindo encargos trabalhistas, é uma tentativa de reduzir esse efeito recessivo da taxa e de estimular a criação de empregos. Foi isso o que simulamos.

Vou apresentar agora os principais indicadores novamente.

Se, no começo, tínhamos uma tendência, naqueles cenários MA1 e MA2, sem a taxa, de crescimento do PIB no período, uma tendência marginal de crescimento, observamos o contrário agora, ou seja, uma tendência marginal de redução do PIB nos cenários com a taxa de carbono.

A Taxa de Desemprego.

Observamos uma queda nos cenários sem a taxa e observamos que, em relação a esses cenários sem a taxa, o desemprego volta a crescer, mas, mesmo assim, é inferior àquela taxa de desemprego observada nos Cenários de Plano Governamental. Então, realmente foi positiva a utilização da taxa para reduzir encargos trabalhistas. Não salvamos o PIB, mas pelo menos salvamos o mercado de trabalho.

Taxas de Investimento em Relação ao PIB.

Observamos nos cenários MA1 e MA2 que a taxa de investimento tenderia a cair, porque a indústria perde competitividade, investe menos e exporta menos. Nesses cenários com a taxa, observamos que o Brasil tenderia a ganhar competitividade, se a taxa fosse implementada de forma global.

A taxa é ruim para o País? Sim, mas ela é pior para os nossos competidores. Por quê? Porque a nossa matriz energética é muito mais limpa do que a dos nossos principais competidores, como China, Índia e outros países. A mesma taxa, a mesma precificação nivelada sendo aplicada em outros países aumenta a competitividade do Brasil. Com isso, ganhamos competitividade internacional, voltamos a aumentar as exportações de produtos industrializados, o que puxa diretamente a taxa de investimento no País. Recupera-se o saldo da balança comercial nos cenários com a taxa.

Se olharmos esse gráfico de exportações líquidas, observamos alguns setores que têm produção mais homogênea. O setor de papel e celulose é competitivo.



Temos vantagens comparativas em todos os cenários. Fica ainda melhor com a taxa.

Chamo a atenção para a siderurgia, que está passando por uma fase bastante ruim, também devido à conjuntura internacional. Mas, no limite, com a taxa de 100 dólares por tonelada, o setor siderúrgico no País voltaria a ser um exportador líquido.

Olhando o poder de compra das famílias, nós observamos a mesma coisa que vimos nos cenários anteriores. O poder de compra cresce para todas as classes, em todos os cenários, com exceção da classe mais rica, com renda acima de dez salários mínimos, no cenário da taxa de 100 dólares por tonelada, porque a cesta de consumo dessa família é um pouco diferente. Ela consome mais produtos intensivos em carbono, tem dois carros na garagem, viagens etc. Então, a cesta de consumo dessa família é mais afetada pela taxa de carbono. E essa classe de renda perde um pouco o poder de compra nesse cenário da taxa de 100 dólares por tonelada.

Por outro lado, se tentamos olhar para questões de desigualdade, quando é devolvida ao setor produtivo, a taxa favorece setores que são muito intensivos em mão de obra, como serviços, agricultura, pecuária e construção civil. As pessoas empregadas nesses setores geralmente são de baixa qualificação e se concentram na classe mais pobre. Então, a classe mais pobre seria favorecida por esse tipo de política. A tendência seria de que houvesse uma redução da desigualdade, uma redução da diferença entre as classes de renda, com a implementação de uma taxa no País.

Em termos de emissões, tivemos um resultado que, a princípio, parecia um pouco contraintuitivo. Com a taxa de carbono, o País emite mais do que sem a taxa de carbono, se essa taxa for global, como é o caso do estudo. Por quê? O que acontece, no final, é que a nossa indústria está operando num nível de atividade maior, mesmo com a introdução das medidas de mitigação. A indústria operando num nível de atividade maior proporciona o aumento das emissões, que é maior do que a redução das emissões de transportes e de outros setores, devido à taxa. Então, do ponto de vista do Brasil, sim, aumentam as emissões, mas, para o objetivo global, que é o de redução global das emissões, o que acontece, no fundo, é que



estamos deslocando produção de países intensivos em carbono, como China, Índia etc., para o Brasil. Estão vindo para cá indústria siderúrgica, indústria de papel e celulose e outros setores. Então, de forma global, as emissões se reduzem; de forma nacional, as emissões aumentam com a taxa global.

Esse eslaide mostra as emissões setoriais em 2030, nos cinco cenários que eu apresentei. É importante dizer que, dos grandes potenciais que temos aí, representados pela linha azul, em relação a transporte, somos muito pouco eficientes, somos muito ineficientes. Apesar dos biocombustíveis, etanol e biodiesel, em termos de modal de transporte, temos uma grande ineficiência no transporte de passageiros nas grandes cidades e no transporte rodoviário de carga.

É importante também mostrar ali, na cor verde, o setor AFOLU — Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo. Mesmo na primeira coluna, dos Cenários de Plano Governamental, das emissões controladas etc., temos grande potencial de redução de emissões nesse setor. O AFOLU continua sendo o setor em que há o maior potencial de redução de emissões.

Esse é o meu último eslaide. Coloquei num gráfico informações de PIB, população e emissões de gases de efeito estufa entre 2005 e 2030, considerando 2005 base 100. Observamos ali que o PIB cresce bastante no período — é multiplicado por 2 e meio praticamente —, e as emissões, dependendo do cenário, caem até 50%, em comparação com as emissões que tínhamos em 2005, com a população crescendo até chegar a 223 milhões de habitantes em 2030, que é a projeção do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Então, observamos que aquelas variações de PIB que mostrei para vocês realmente são muito marginais. Dependendo da forma de implementação, dependendo da ambição do cenário, o PIB fica um pouquinho mais para cima ou um pouquinho mais para baixo. E, de forma contrária, as emissões de gases de efeito estufa variam com uma amplitude muito maior. Portanto, observamos essa dissociação parcial entre crescimento econômico e emissões.

E o grande anúncio do estudo, se tivesse que reduzi-lo a uma frase, seria exatamente esta: uma política de redução de emissões mais ambiciosa não prejudica o nosso potencial de crescimento econômico no longo prazo. Dependendo da forma como ela é implementada, o PIB pode crescer um pouquinho mais ou um



pouquinho menos. Mas aquele grande crescimento do PIB no período se dá porque consideramos, no cenário-base, que o Brasil faz o dever de casa: reduz Custo Brasil, faz investimentos em infraestrutura, reforma fiscal etc., facilita a produção aqui no Brasil do setor produtivo.

Realmente, esta é a grande conclusão: não é uma política climática ambiciosa que vai retirar esse potencial de crescimento que temos para as próximas décadas. Esse é o grande anúncio que temos a fazer.

Era isso o que tínhamos para falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Dando continuidade à nossa audiência, passo a palavra ao Sr. Tiago Modesto Carneiro Costa.

O SR. TIAGO MODESTO CARNEIRO COSTA - Bom dia a todos.

Sou Tiago e trabalho no Tribunal de Contas da União.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que, para nós técnicos, é um grande prazer estar aqui. O relacionamento com as Casas Legislativas é uma das diretrizes institucionais do Tribunal de Contas da União.

Nós vamos apresentar um pouquinho de alguns trabalhos sobre iniciativas governamentais com influência na redução e na mitigação dos gases de efeito estufa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O escopo dessa apresentação é o de fornecer um panorama geral das emissões, os nossos principais resultados, alguns problemas de governança comuns às iniciativas e as conclusões quanto a auditorias e trabalhos que vão ser feitos até 2021 pelo Tribunal.

A primeira iniciativa é a parte da Unidade de Conservação, que é um território sob regime especial de gestão. Existe uma série de restrições ao seu uso, que é destinado à manutenção da biodiversidade.

A segunda parte é a da regularização fundiária e da reforma agrária. Hoje nós já temos 11% do País, aproximadamente, ocupados nessa política nacional de reforma agrária. Em relação à regularização, principalmente na Amazônia Legal, a meta é de regularizar 57 milhões de hectares, um percentual significativo da superfície do País.



Outra parte é a de cadastro e certificação de imóveis rurais, que contribui muito para o conhecimento do território. E tem grande influência o uso do território nas emissões de gases.

Destaco também os zoneamentos territoriais. Em tese, eles devem servir como base para as atividades econômicas e a ocupação de território. Também destaco o zoneamento agrícola, já que o agricultor é um ator importante tanto na parte de emissões quanto para o PIB brasileiro.

O Cadastro Ambiental Rural — CAR é parte do controle do Código Florestal.

O Plano ABC já é um plano setorial para redução dos gases de efeito estufa, e não só para a redução, mas também para a mitigação dos efeitos.

No Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação também há mitigação.

O Programa Produtor de Água, apesar de ser pequeno, tem um grande potencial tanto nas ações de convivência quanto nas ações de redução de emissões.

E o Programa Bolsa Verde, para incentivar a conservação. Então, os dois entram aí nos pagamentos de serviços ambientais.

Aqui vemos um panorama geral.

Os nossos maiores emissores em 2004 e 2005 eram, realmente, queimadas e desmatamentos. O Tribunal fez um trabalho nas unidades de conservação e calculou que a probabilidade de ocorrer desmatamentos fora das unidades de conservação é 4,3 vezes maior; que de 2004 a 2012 reduzimos o desmatamento de 27 mil quilômetros quadrados para 4,5 mil quilômetros quadrados; que, em termos de emissão de carbono, houve um grande impacto: redução de 2,03 bilhões para 1,25 bilhão de CO₂, entre 2005 e 2010.

É importante destacar ainda que a participação do uso da terra e florestas nas emissões caiu bastante, não sendo mais a nossa principal fonte de emissão de carbono.

Vou falar pouquinho sobre os resultados dos trabalhos que nós fizemos nas unidades de conservação.

Esse mapa mostra as unidades de conservação que estão na Amazônia e o fluxo de emissão de carbono. Essas que estão em tons de verde são as que



contribuem com redução, com captação de carbono; as que não estão em tons de verde são as unidades que possuem ainda emissão de carbono.

Ressalte-se que nem todas as unidades de conservação estão livres de desmatamento, queimadas e outros processos que possam mudar de emissor para captador de carbono.

Foram levantados diversos riscos, principalmente nas unidades de conservação, em especial na gestão das unidades de conservação. Há muitas deficiências inclusive para monitoramento e acompanhamento da efetividade dessas unidades de conservação para os fins propostas, principalmente da conservação da biodiversidade.

Na parte dos zoneamentos territoriais, só para se ter uma ideia de como o Brasil trata isso no Orçamento — não são milhões, são milhares mesmo —, em ZEEs, nós gastamos, em 2013, 17 mil reais, e, em 2014, 46 mil reais, lembrando que o Zoneamento Ecológico-Econômico deveria ser o principal norteador da ocupação do território e do desenvolvimento de atividades no território brasileiro.

Entre os riscos que foram levantados, cito: deficiências no planejamento nacional, regional, estadual e local — não vemos um planejamento claro para que os ZEEs fossem publicados em nenhuma das esferas; capacidade reduzida do ZEE de ser orientador do planejamento territorial em todos os entes da Federação, incluindo os que estão mais adiantados; falta de orientação estratégica dos governos para utilização do ZEE como orientador de políticas públicas.

Vemos que o próprio Governo, quando vai lançar políticas públicas, tem desconsiderado os zoneamentos, inclusive os que já estão prontos, havendo políticas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. TIAGO MODESTO CARNEIRO COSTA - É orçamento liquidado. É o gasto mesmo já feito.

Existem também sobreposições e conflitos de disposições legais que regem a elaboração dos ZEEs. O zoneamento agrícola, que ocupa grande parte do território, muitas vezes entra em conflito com o Zoneamento Ecológico-Econômico; falta de monitoramento e avaliação da efetividade dos ZEEs, quando existem; e riscos de



conflitos entre o ZEE, o ZARC —Zoneamento Agrícola de Risco Climático e o ZAE — Zoneamento Agroecológico.

No que se refere ao ordenamento territorial, a primeira coisa a se ressaltar é que 88 milhões de hectares hoje estão em áreas de reforma agrária, o que dão 11% da superfície do País, e as áreas de regularização fundiária somam 57 milhões de hectares, só na Amazônia Legal. Isso pode ter um grande impacto. Só para se ter uma ideia, uma fazenda de 10 mil hectares que tem 5 funcionários e mil cabeças de gado passa a ter mil pessoas lá dentro. Isso gera todo um impacto não só na economia, mas também no bioma local.

Esse mapa representa o controle das informações no Brasil sobre território. Nesses pontos vermelhos, fomos colocando as informações, que buscamos em cada órgão governamental que tem algum controle de informações sobre o território, sobre onde estão as entidades conservação, onde estão as florestas nacionais, onde estão as áreas de reforma agrária, onde estão as áreas particulares de que o Governo tem conhecimento. Fomos colocando isso em um mesmo mapa e descobrimos que essas bases apresentam alguns problemas.

Esses pontos em vermelho representam as áreas que o Governo julga ter pelo menos duas destinações. Então, tem-se uma terra que, além de ser indígena, é uma unidade de conservação, é um assentamento e pertence a alguém. Alguma dessas informações está errada.

A soma dessas áreas aumenta o território brasileiro em 56 milhões de hectares, um percentual muito grande de terras cuja destinação o Governo desconhece.

Devo lembrar que cada destinação dessas tem um risco diferente a ser tratado, do ponto de vista ambiental e econômico. São mais de 46 mil pontos de sobreposição, inconsistência que prejudica completamente o planejamento dessas áreas.

Um desses riscos é a insuficiência de ações de regularização fundiária. No caso do Programa Terra Legal, por exemplo, nós fizemos uma estimativa de quando ele seria encerrado, quando haveria a destinação desses 57 milhões de hectares, que hoje são terras devolutas, onde qualquer um entra e pode cometer ações de difícil responsabilização. As nossas projeções no Tribunal de Contas da União são



de que ele terminaria em 2050, quando a meta é para o ano que vem, no ritmo dos últimos 6 meses de trabalhos, o que também gera um grande risco.

Outro risco é a falta de supervisão do cumprimento da função social da terra, que não só significa produzir, mas também conservar os recursos naturais.

O INCRA, hoje, nos 11% do território nacional que estão sob sua supervisão, não tem efetuado a contento essa supervisão. Então, além de haver áreas abandonadas que não estão produzindo, também há aí algum grau maior ou menor de degradação ambiental.

No que se refere ao Cadastro Ambiental Rural, há risco de não cumprimento da meta de cadastramento até maio de 2016 — já foi prorrogada. Segundo informações do próprio Serviço Florestal, 59% das áreas já foram cadastradas, e há risco de que não se consiga cumprir a meta em razão daquilo que nós vimos em campo: não há técnicos treinados o suficiente, falta interesse do produtor. Há insuficiência de capacitação de cadastradores, sendo grande a probabilidade de erro nas próprias informações que estão sendo postadas no CAR; atrasos no acesso e a indisponibilidade dos módulos do SICAR — os órgãos estaduais que estão gerindo o CAR muitas vezes não têm acesso nem a quantos cadastros foram feitos dentro da sua jurisdição, o que prejudica completamente a ação ativa do poder público; riscos e dificuldades de localização das propriedades por desenho digital.

Para esclarecer como é feito isso, o produtor recorre ao seu desenho digital e ele mesmo ou técnico que ele contratar demarca isso de maneira manual, sem o georreferenciamento. Essas informações vão ser utilizadas no futuro para cumprimento dos planos de regularização ambiental.

Da maneira como é feito o cadastro, há um risco muito grande de sobreposição dessas áreas, de não se conseguir mais controlar e de o cadastro acabar ficando inútil, do ponto de vista da fiscalização e do cumprimento do seu papel.

Vou falar um pouquinho sobre o Plano ABC, que é o maior plano setorial do setor agrícola para redução de gases de efeito estufa e também para convivência. Isso aqui é só para se ter uma ideia da distribuição dos financiamentos. Apesar de o Plano ABC ter uma série de medidas, a única que vem sendo implantada de maneira abrangente pela rede oficial é a concessão de financiamentos.



Para começar, vê-se aqui, nas áreas escuras, uma concentração muito grande de números de contratos. No Nordeste e no Norte e em algumas regiões mais litorâneas não se vê contratos. Portanto, a distribuição é bem diferente nas diversas áreas. Há uma concentração muito grande de médios e grandes produtores. Os pequenos produtores praticamente não participam desse Plano, por diversos fatores. Verifica-se que há ausência de capacitação nas tecnologias, principalmente em plantio direto, o qual, apesar de diminuir a quantidade de operações — o que, teoricamente, iria diminuir a emissão de gases —, se mal gerido, pode ter efeito inverso, como a degradação de terras e ações que vão, na realidade, ter um efeito contrário.

Outra coisa é que o plano está muito concentrado em recuperação de pastagens, o que torna difícil saber se realmente está havendo essa diminuição, porque tem que aumentar bastante a taxa de ocupação de gado nessas áreas de pastagem. Mas, se aumentar demais, isso pode causar um efeito reverso, pela emissão da atividade.

Qual é o problema disso? É que não há como se mensurar. Só existem estimativas. Não existe nenhum controle hoje sobre se cada real que está sendo gasto nisso aí ou financiado está levando a uma redução efetiva desses gases.

O Programa de Combate à Desertificação é parte de um acordo internacional de que o Brasil é signatário. Na realidade, é uma junção de vários programas e iniciativas governamentais, que são controladas, mas que estão muito voltadas às ações de convivência com o semiárido. Praticamente não achamos ações de combate à desertificação e aumento da desertificação no País.

São estes os programas que o integram: Água para Todos, PRONAF, PAA, Programa de Desenvolvimento do Nordeste, Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar.

Não se vê nenhum programa que esteja ativo e que vise combater mesmo o aumento das áreas em desertificação e das áreas de risco de desertificação.

Aqui está um mapa que mostra as áreas de risco. As áreas em vermelho, roxo e azul são as que têm mais risco. Essas áreas todas estão no Semiárido.

Sabemos que existem áreas com risco de desertificação no Estado de Tocantins e no Rio Grande do Sul, mas isso não é visto hoje pelo Governo Federal.



Pelo menos, não faz parte de algumas dessas iniciativas, que a gente tenha conseguido localizar no trabalho.

Portanto, há concentração nas ações de convivência, em termos de distribuição de renda, em detrimento das ações de combate à desertificação frente às de convivência; falta articulação e coordenação entre os diversos atores — essas políticas todas são feitas em Ministérios, por agentes diferentes; incipiência de implantação dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca — existem os planos, muitas vezes, porém praticamente não se consegue localizar a ação; incipiência de mecanismos de monitoramento e avaliação.

Por último, o Pagamento de Serviços Ambientais — Produtor de Água e o Bolsa Verde.

O programa Produtor de Água visa aumentar a vazão dos principais rios e, como se viu, em quase todas as iniciativas, não se mede a vazão do rio antes e após a iniciativa. Assim, fica muito difícil avaliar se o programa realmente está funcionando.

A mesma coisa acontece com o Bolsa Verde. Paga-se uma bolsa ao produtor rural para que ele mantenha os seus recursos naturais que há na sua propriedade, porém não se mede se ele as está mantendo mesmo, e a bolsa acaba ficando sem nenhuma mensuração efetiva do cumprimento dos seus objetivos. Há insuficiência de capacitação nos projetos. Projetos de recuperação de bacias, de curvas de nível, de reflorestamento exigem técnicas para que sejam bem feitos e, muitas vezes, o produtor não as tem. Falta orientação e certificação dos projetos de redução para erosão e falta de assistência técnica às famílias beneficiadas também no Bolsa Verde. Então, elas não conhecem a maneira de preservar muito bem e cumprir os planos do Bolsa Verde.

São problemas de governança comuns a todas essas políticas: primeiro, complexidade de inspeção da legislação.

É muito difícil achar a legislação que rege isso, porque ela está em várias leis esparsas, espalhadas. Nem o produtor consegue saber o que tem que cumprir, nem o poder público em si consegue cobrar isso. A gente viu isso mesmo com todos.



Segundo, sobreposição e lacunas de atuação entre as atribuições institucionais. Vou dar aqui um exemplo bem simples. A Política Nacional Agrícola define que o Ministério da Agricultura deve falar sobre as políticas de solo e água, mas a gente vê que a única ação que está sendo feita, que é o Produtor de Água, programa destinado a ações de conservação de solo e de água, está na Agência Nacional de Águas. Acharmos que há muita sobreposição entre as agências e atores governamentais que devem atuar e há algumas lacunas onde não tem ninguém atuando.

Terceiro, imposição de diversas obrigações legais ao proprietário rural sem a utilização efetiva das informações em políticas públicas.

Hoje o produtor rural tem que informar para o CAR, tem que informar para o INCRA, tem que informar para a Receita, tem que informar para o Ministério do Meio Ambiente — MMA, tem que informar para o IBAMA. Várias informações são similares. E, quando vimos essas bases de dados, cada uma continha informações que, muitas vezes, eram conflitantes entre si, o que impossibilita, completamente, a utilização dessas informações. Então, é o que podemos brincar como sendo o péssimo de Pareto, ou seja, por um lado gasta-se muito para obter a informação, e, por outro, não se consegue usá-la, porque ela é conflitante.

Quinto, a ausência de planos formalizadas e integrados para praticamente todas as políticas.

Sexto, insuficiência na definição de elementos básicos para a atuação conjunta de órgãos que compõem fóruns de implementação dessas iniciativas. Essas iniciativas envolvem vários agentes governamentais, vamos dizer, cada um trabalhando para um lado. Assim, esses esforços, ao final, não conseguem se reforçar mutuamente para um resultado comum.

Sétimo, inconsistências e sobreposições nos dados oficiais sobre a ocupação do território brasileiro, que foi o que nós mostramos naquele mapa.

Oitavo, não há formalização e materialização de rotinas de monitoramento e acompanhamento da gestão, o que impossibilita qualquer tipo de avaliação de custo/benefício dessas políticas.

Nono, os indicadores de desempenho utilizados sem requisitos mínimos para tal. Por exemplo, muitos indicadores não têm absolutamente nada a ver com o



objetivo da política, não têm indicadores para achar o objetivo da política. Isso está, inclusive, oficializado no Plano Plurianual — PPA; outros são medidos a cada 10 anos. Então, a política já terá acabado há seis anos, e só então é que será disponibilizado o indicador, o que também impossibilita qualquer mudança de rumo da política, em caso de problema.

Décimo, insuficiência de integração entre os diversos sistemas de TI, o que gera também esse problema de informações conflitantes e impossibilita um planejamento bem feito.

O Tribunal, além de ter emitido diversas determinações para combater as causas desses problemas, tem uma agenda de auditorias nessas áreas. São feitos os levantamentos adicionais de informação, os processos de contas de desempenho anual das instituições envolvidas, auditorias de conformidade, auditorias operacionais e os monitoramentos que vamos fazer até 2021, quando se encerra esse período do último planejamento estratégico do Tribunal.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Vamos dar sequência às falas dos nossos expositores, informando apenas que tanto o Neilton quanto o William tiveram que se ausentar por causa do seu voo, agendado para as 13 horas e 15 minutos.

Concedo a palavra ao Prof. Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO JOSÉ VIOLA - Em primeiro lugar, eu queria agradecer aos Deputados Rodrigo Martins e Arnaldo Jordy o convite. Para mim, é sempre um prazer participar de audiências públicas, tanto na Câmara quanto no Senado.

Em segundo lugar, eu queria deixar claro que considero muito a seriedade e a consistência dos dois estudos prévios, que foram apresentados tanto pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas quanto pelo Tiago, do Tribunal de Contas, que é uma instituição de muita seriedade para avaliar políticas públicas no Brasil.

O que eu vou colocar são algumas coisas mais complementares ao que já foi falado, a começar por uma localização contextual, digamos assim, já que sou professor de relações internacionais — depois vou falar sobre o Brasil, mas primeiro eu quero falar um pouco sobre a dinâmica do sistema internacional e a mudança climática.



Primeiro ponto importante. Nós temos, neste momento, duas macrotendências contraditórias no mundo. A primeira macrotendência contraditória, a primeira tendência, que é positiva, é um avanço moderado, porém profundo das energias renováveis e nuclear de última geração no mundo. Ou seja, energias descarbonizantes, certo?

As energias renováveis se tornaram, nos últimos anos, cada vez mais comercialmente competitivas em todo o mundo. Certo? Então, há heterogeneidade numa série de fatores, mas elas já estão internalizadas no sistema. Nós não podíamos falar isso 7 anos atrás, certo? Isso é algo fundamental para entender o futuro do mundo. Há uma outra coisa: a diferença das energias renováveis. A energia nuclear não é comercialmente competitiva — nem a energia nuclear de última geração nem as outras —, mas ela é muito importante como energia de transição para muitos países, a começar por países fundamentais, como Estados Unidos, Rússia, China e Índia.

Ao mesmo tempo, a outra tendência contraditória e, em parte, dependente deste avanço profundo das energias renováveis na matriz energética mundial e na geopolítica mundial da energia é a exploração e o refino expandido de petróleo no médio prazo, no mundo, e, portanto, um preço baixo do petróleo durante alguns anos. Obviamente, se isso tivesse acontecido 10 anos atrás, teria sido um golpe mortal para a implantação, no mundo, das energias renováveis, mas hoje já não. A profundidade da competitividade das energias renováveis é de tal dimensão que isso já não é algo que a afete, mas pode torná-la um pouco mais lenta.

E aí há uma desagregação, há uma coisa importante sobre o petróleo. O preço barato do petróleo golpeia fortemente o Shell Oil, que é um petróleo supersujo, superintensivo em carbono, mas ele não golpeia o Shell Gas, que é um combustível fóssil menos intensivo em carbono que o petróleo convencional, mas um pouco mais intensivo que o gás natural convencional.

A outra coisa muito importante são as restrições crescentes ao uso do carbono no mundo. O carbono é uma potência que havia se expandido extraordinariamente nos últimos 15 anos, por causa de China e Índia, mas cujo uso, pela virada que a China está dando, está em processo não apenas de redução de



crescimento, senão, inclusive, de início de redução mesmo, em alguns países que eram chave na expansão anterior, como a China.

Infelizmente, de outro lado, a Índia está num movimento contrário. Ou seja, ela abre hoje usinas de carbono, hiperintensivas em carbono e hiperpoluentes, parecido ao que fazia a China 25 anos atrás. Contudo, as usinas termoelétricas que a China está fechando, são as que a Índia está abrindo. Isso é muito ruim, tecnologicamente falando. Mas esse é o quadro geral que temos que ver.

Outra coisa fundamental da geopolítica global da energia é o avanço extraordinário do transporte transcontinental de gás liquefeito. Então, para vocês terem uma ideia, hoje, nós temos a tecnologia de um supergasífero, que é equivalente a um superpetroleiro, mas cuja capacidade para transportar energia é 600 vezes superior à de um superpetroleiro. Essa tecnologia nova está começando a ser usada, porque, senão, os gases só podem se expandir por gasodutos, certo? Mas agora nós não vamos ver no mundo próximo uma expansão muito vasta da circulação mundial de gás liquefeito, com alta eficiência energética, considerando as características dessas novas tecnologias.

O segundo ponto sobre o contexto internacional que eu queria colocar e que é importante sempre levar em consideração é que a descarbonização da economia mundial, mitigar a mudança climática, depende de grandes *players*. Não depende de 200 países. A maioria dos países que produzem esse problema não tem a capacidade de resolvê-lo, embora eles virão a ser os mais afetados, como já estão sendo, por essas mudanças climáticas. Agora, os que produzem o problema e têm a capacidade para resolvê-lo, o capital humano e tecnológico de descarbonização, de transição mais acelerada para o baixo carbono, são 16 países. E esses 16 países são divididos em dois níveis. No nível nuclear do ciclo global do carbono temos China, Estados Unidos e Índia, além da União Europeia. A Índia entrou recentemente nesse clube, digamos assim, e infelizmente é, de longe, o pior *player* desse clube.

Claramente, desse núcleo de *players*, o único que tem uma posição progressista, consistente, talvez não totalmente com a descarbonização da economia mundial que corresponda à evitação de uma mudança climática perigosa



é a União Europeia. Não há outro *player* equivalente, nem entre os grandes *players* dos quais vou falar depois.

Esse é um problema do mundo. Ou seja, nós temos só um ator de vanguarda, e foi sempre assim. Inclusive, nós, no passado, tínhamos dois atores de vanguarda. O outro era o Japão, mas, nos últimos anos, deixou de ser, por várias razões que eu não tenho tempo para explicar agora, obviamente.

No segundo nível de *players* estão Rússia, Japão, Coreia do Sul, Brasil, Canadá, Austrália, México, Indonésia, Turquia, África do Sul, Arábia Saudita e Irã. Por diversas razões, esses são grandes *players*. Eles têm uma combinação de capacidade de transportar energia fóssil, disponibilidade de capital humano e tecnológico de descarbonização, peso do seu PIB no mundo, gigantismo demográfico, ou seja, é uma combinação de variáveis.

O que aconteceu nos últimos anos, e que é interessante, é que Estados Unidos e China mudaram de uma posição reticente, fortemente conservadora para uma posição um pouco mais reformista, um pouco mais avançada — não muito, mas um pouco. Esse é um avanço, é uma mudança no sistema internacional, se comparado a 5 anos atrás.

Uma notícia muito negativa é sobre a Índia, que subiu do segundo nível de importância para o primeiro e continua sendo um ator extremadamente conservador. Ela já era conservadora antes. Mas o problema é que agora ela é mais importante do que era 5 ou 6 anos atrás. Esse é um ponto muito importante também.

Então, do ponto de vista do segundo nível, os países mais conservadores são Rússia, Canadá, Turquia, Arábia Saudita e Irã. Por diversas razões, que não tenho tempo de explicar, não há nenhum membro reformista, como a União Europeia, entre o segundo nível. Os países intermediários são Japão, Coreia do Sul, Brasil, Austrália, México, Indonésia e África do Sul. É muito complexo tudo isso.

Sobre Paris, na minha visão, um acordo legalmente vinculante não é possível por duas razões fundamentais. Primeiro, há uma divisão profunda na sociedade americana e no Governo americano. Se fosse por Obama, haveria um acordo vinculante, mas lá o Congresso é republicano e conservador majoritariamente. Pode ser que, na eleição de 2016, haja uma mudança muito grande. Mas a Conferência



de Paris vai se dar ainda sob essa configuração do Congresso americano, portanto, as perspectivas de uma mudança muito grande não são nada positivas.

Então, isso está internalizado no cálculo negociador estratégico de todos os outros *players*, que já sabem que os Estados Unidos não vão ratificar um acordo legalmente vinculante, para o qual seriam precisos dois terços do Congresso americano. Essa é a primeira razão.

A segunda razão fundamental é a Índia, que vai ter uma contribuição nacional, uma intenção nacional muito pobre. E, como a Índia está entrando no sistema, isso faz com que outros países, mesmo que não falem abertamente, também fujam do acordo legalmente vinculante.

Haverá um acordo em Paris politicamente muito relevante, porque vai aumentar a densidade do sinal de descarbonização da economia mundial, o qual vem aumentando de forma permanente desde 2009. Esse sinal descarbonizante é muito diferente do ciclo de 1990 a 2008, no qual houve um crescimento econômico hiperintensivo em carbono. O ciclo que se abre em 2009 é um pouco menos intensivo do que era o anterior. Já há um sinal descarbonizante na economia mundial, absorvido de modo heterogêneo por diversas empresas grandes, médias e pequenas, mas absorvido em todo o mundo.

Então, o acordo de Paris não será de grande relevância, mas trará um aumento da densidade do sinal de descarbonização da economia mundial. Isso é importante.

Passando para o Brasil, o primeiro ponto que quero dizer é uma posição muito crítica e discordante do Governo brasileiro. Há uma ideia recente do Governo brasileiro — na era Dilma pelo menos e também na era Lula de algum modo — de que, como o Brasil fez uma grande redução do desmatamento entre 2005 e 2012, ele já fez o que tinha que fazer. O que traz isso? Traz um silêncio, uma negação sobre o período anterior.

Até 2004 ou 2005, o Brasil era o País de emissões mais predatórias e irracionais do mundo. Ou seja, as emissões brasileiras por desmatamento, de aproximadamente 70%, jogavam na atmosfera 3% das emissões globais de carbono e não tinham nada a ver com produção de riqueza. Isso é o oposto do que ocorreu com as termoelétricas chinesas, que jogavam carbono na atmosfera, mas produziam



riqueza e emprego. Aqui havia simplesmente uma destruição generalizada, que tinha como ganhadores menos do que 0,1% da população. Ou seja, basicamente era isso.

Então, o que acontece? O Brasil fez, de 2005 a 2012, um ciclo de reduções drásticas do desmatamento, mas ainda muito alto, que está na média e está estagnado em 5 mil quilômetros quadrados por ano, na Amazônia. Então, o que o Brasil fez é uma compensação de um ciclo extremamente predatório. Não é para se fazer propaganda sobre isso. Obviamente, o mundo não acredita nessa propaganda. Mas aqui as pessoas têm que abandonar as mentiras, as ilusões, os discursos que não têm consistência. Esse é o ponto que eu queria abordar primeiro, porque há uma espécie de ênfase permanente em algo que não é verdade.

Já foi mostrado, basicamente nas apresentações do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o perfil de emissões e tudo o mais. O compromisso brasileiro para 2020, feito em 2009, tinha uma falsidade embutida, não só do Brasil, porque estimava um crescimento anual do PIB de 5% ao ano. É claro que, com o desastre da política econômica dos últimos anos, isso parece uma piada hoje. Mas, mesmo sem ter havido o grande desastre da nova matriz macroeconômica nos últimos anos, esse era um PIB inflado, esse crescimento de 5% do PIB era totalmente inflado. E lembro que Dilma queria colocar 6% como *business as usual*, que era um PIB mais inflado ainda.

Por causa disso, é lógico que é fácil cumprir o compromisso, porque se disse que a economia faria algo baseado em um dado totalmente inflado. Logicamente, agora nós estamos numa situação de anos de contração do PIB e estagnação da renda *per capita*. Tudo isso parece até piada hoje. É uma crítica importante a ser colocada.

Eu diria o seguinte: estou totalmente de acordo com o cenário 2 apresentado, que o Brasil pode ter tranquilamente. Eu não participei desse modelo, mas os fundamentos e o modo como ele foi apresentado me parecem corretos — não o li em detalhes, obviamente. Mas o Brasil pode atingir praticamente uma...

(Não identificado) - O cenário está com uma previsão de 3,5%.

O SR. EDUARDO JOSÉ VIOLA - O cenário é otimista, porque isso não vai ser cumprido. Os três cenários têm isto: não 3,5%, mas 3,9%.



Mas, mesmo sendo, digamos, otimistas, isso coloca uma meta de redução brasileira. O que o Brasil deveria fazer? Ter uma meta absoluta em relação ao ano-base da Convenção, que é 1990, e não 2005. Esse cenário 2 dá uma redução de 25% do PIB em 2030, comparado com 1990. Esse compromisso poderia ser maior, porque está inflada a estimativa do crescimento do PIB. O Brasil não vai crescer 3,9% nem remotamente. Mas, ainda assim, eu acho muito pouco provável que se cumpra essa meta, porque a mentalidade da Presidente e do núcleo que decide sobre isso, inclusive a Ministra de Meio Ambiente, não vai nessa direção, mas vai para um compromisso bem menos ambicioso, salvo que algum milagre ocorra.

Veja bem que o cenário 2 coincide com a proposta do Observatório do Clima, que eu estudei muito mais em detalhe e é bastante consistente também. A diferença são os cenários que o Governo escolhe. E o Observatório do Clima é hoje a instituição da sociedade brasileira com maior credibilidade e com maior consistência e robustez nos seus estudos no mundo. Os pesquisadores mundiais, quando precisam de dados, análises e tudo o mais, não vão ver os dados do Governo brasileiro, vão ver os dados do Observatório do Clima, que tem alta credibilidade. Então, como cidadão e como cientista político, concordo com essa proposta, que coincide muito com o cenário 2 do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

A última coisa que eu queria dizer é sobre o desmatamento. Eu acho que é de uma pobreza extrema a ideia do fim do desmatamento ilegal na Amazônia em 2030. Vejam bem: nós estamos num país onde a opinião pública está demandando o Estado de Direito e a legalidade, a começar pelos altos empresários, altos políticos e funcionários. A Operação Lava-Jato está destruindo o modo tradicional de se fazer negócio no Brasil, está demandando legalidade sistêmica.

Num contexto como esse, parece uma piada de pobreza extrema achar que, só em 2030, se poderá acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia. É preciso cair na real: a sociedade brasileira tende a não ser mais tolerante com ilegalidades. Então, parece que isso pode ser feito com muita facilidade até 2030. Portanto, numa conjuntura como a de 2015, acho uma das coisas mais erradas e até absurdas e irracionais o Governo brasileiro insistir que, só em 2030, pode haver o fim do desmatamento ilegal.



Eu acho que as outras coisas que eu tinha para colocar coincidem, em geral, com essa análise que foi feita sobre os limites da agricultura. Vejam a diferença entre o crédito que está alocado em agricultura de baixo carbono e o alocado em agricultura convencional: são 200 bilhões de dólares contra 3 bilhões de dólares. Isso tem que mudar radicalmente! E essa mudança é possível.

Por exemplo, há uma coisa muito importante. O estudo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas foi concentrado em energia e indústria. Mas a agricultura brasileira pode avançar extraordinariamente para uma agricultura de baixo carbono. Basta mudarmos os parâmetros de incentivos e punições. E o Brasil pode ser um grande produtor de alimentos para o mundo, produzidos com baixo carbono.

Há um problema mais complexo com a carne, que se consome muito e, em qualquer lugar do mundo, é uma produção muito intensiva em carbono e água, mesmo nas melhores condições. Mas, em geral, no conjunto do agronegócio, nós precisamos mudar os incentivos para termos rapidamente um agronegócio e uma agricultura familiar de baixo carbono. Isso é possível.

Concluindo, o Brasil, por seus fundamentos no ciclo global do carbono, tem condições de ser colíder em todo o processo de descarbonização da economia mundial — líder não, porque só poder ser líder quem está no centro do sistema. O Brasil não tem PIB para ser líder. Só a União Europeia, os Estados Unidos, a China ou a Índia podem ser líderes. Mas o único que está sendo é a União Europeia. Os outros não estão sendo líderes, embora pudessem.

Portando, o Brasil não tem PIB para ser um líder mundial, mas pode ser um colíder, que se refere a um país do segundo nível, mas que pode ser até mais avançado do que um do primeiro nível.

O Brasil tem condições em termos de fundamentos no ciclo do carbono, fundamentos em todos os ciclos globais do sistema planetário, ciclos do nitrogênio e do fósforo, da biodiversidade, da água doce e do solo. Ou seja, os fundamentos são para o Brasil ser um líder. Mas, infelizmente, o sistema de governabilidade do Brasil é um sistema de fragmentação de interesses, que produz muito a maximização de particularismos de curto prazo ao invés de universalismo de longo prazo.

Eu diria que precisamos elevar dramaticamente a qualidade da democracia brasileira, e isso depende de uma profunda reforma política. O sistema de



governabilidade do País, mesmo hoje, está num estado de doente terminal, como disse o *Financial Times*. Ou seja, se o situação sistêmica dos últimos anos tem sido muito ruim, imaginem como será agora no estado atual. Essa é a realidade. Eu, como cidadão, gostaria que, no ciclo global do carbono, o Governo brasileiro tivesse uma posição boa, avançada, correspondente com a posição do Brasil e com o fato de que ele tem tudo a ganhar com uma economia global descarbonizada. O Brasil é um grande ganhador com isso.

Mas, não espero que este Governo adote uma posição avançada nisso. Como cientista político, eu não posso fugir da realidade. E, atualmente, nós temos um governo cujo único objetivo é sobreviver no poder. Ele não tem mais nada do que isso. Ele navega sem rumo, à deriva, e toda a sociedade está navegando assim.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Viola, pela instigante e brilhante exposição. Da mesma forma, agradeço ao nosso expositor anterior, o Tiago.

Nós vamos facultar a palavra, por prerrogativa regimental, aos nossos Deputados e — eu me arvoreio em agredir o Regimento — aos ex-Deputados, como o Deputado Alfredo Sirkis, que vi aqui anteriormente. Em seguida, como é uma audiência pública, nós vamos passar a palavra a outras entidades, instituições e pessoas que queiram se manifestar. Como já estamos com o tempo avançado, pelos atrasos ocorridos, pedimos o máximo de brevidade àqueles que forem fazer uso da palavra.

Deputado Carlos Mendes Thame. V.Exa. quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Então, nós vamos facultar a palavra a quem quiser se manifestar. Antes, como já foi dito no início, reitero que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet — já há inclusive uma pergunta de um internauta. Portanto, seria importante que as pessoas que forem fazer perguntas ou algum comentário pudessem se apresentar, para que os nossos ouvintes e assistentes na Internet possam também identificá-las.

Com a palavra o Marcio, do Greenpeace.

O SR. MARCIO ASTRINI - Obrigado, Deputado.



Cumprimento o Prof. Viola e o Tiago. Meu nome é Márcio. Eu sou o Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace.

Quero registrar que ontem, Prof. Viola e Tiago, nós tivemos uma audiência pública com a Ministra do Meio Ambiente — o Deputado Jordy estava presente —, para falar exatamente das intenções que o Brasil vai apresentar na COP.

A Ministra inclusive anunciou que a Presidente Dilma deve estar nos trabalhos da ONU em Nova Iorque, quando deve acontecer a conferência sobre desenvolvimento sustentável. E parece que o anúncio será feito no dia 27, quase ali no fim do prazo para todos os governos apresentarem suas intenções, que é 1º de outubro. Então, nós devemos ser um dos últimos países.

Mas há uma coisa que me chamou muito atenção, sobre a qual eu queria inclusive ouvir a opinião dos senhores. Trata-se de um ponto específico da fala da Ministra, que disse o seguinte: *“Iremos apresentar os nossos compromissos baseados no piso possível do que o Brasil pode fazer”*. Para mim, isso soou com muita gravidade, porque me pareceu, como o Prof. Viola falou, que o Brasil está determinado a abrir mão de qualquer possibilidade de protagonismo nas discussões de clima mundial.

Vejam bem: provavelmente nós sejamos o país que tenha as melhores condições para ser protagonista nessas discussões. Nós estamos abrindo mão de uma oportunidade. E talvez nós não sejamos só o país que tem as melhores condições, como o que mais necessita, porque, se o planeta aquecer 3 ou 4 graus, nossas florestas não serão preservadas. Se nós não destruímos as florestas, como vimos fazendo sistematicamente, o clima vai destruí-las ou transformá-las em outra coisa, com características diferentes das que têm hoje.

Este País depende das florestas para alimentar sua população, porque são elas que irrigam essa agricultura tão largamente propagandeada como o setor que estabelece — e realmente o faz — uma positividade na nossa balança comercial. Todos nós vamos sofrer. Todas as pessoas que dependem desse alimento vão estar subordinadas ao que vai acontecer com o clima. Nós já vivemos situações de seca nas maiores cidades, que movimentam as maiores economias do País. Tudo isso vai se agravar.



Então, para nós, não nos cabe só fazer o dever de casa, que é o mais fácil. Como o Prof. Viola disse, nós não precisamos fazer uma grande transição de PIB, nós precisamos é acabar com algo que não deveria estar acontecendo: o desmatamento. Nós não precisamos mais desmatar. O desmatamento acontece de forma oportuna e desnecessária no País. O desmatamento pode e vai prejudicar o restante da economia, se nós não tomarmos uma atitude.

Então, parece-me que essa situação de abirmos mão do protagonismo e fazer algo pelo piso seria como perdermos o grau de investimento. Quer dizer, o Brasil ganhou um título lá atrás porque reduziu, fez e aconteceu, mas agora, deliberadamente, está querendo perder esse protagonismo. E o pior de tudo é perder o protagonismo por não fazer o básico, que é acabar com o desmatamento, mesmo se não houvesse conferência da ONU, mesmo se não houvesse aquecimento global, porque as florestas são extremamente importantes para a manutenção da nossa economia.

Para terminar, Deputado, eu queria, de antemão, só fazer um anúncio: no dia 7 de outubro, inclusive na contraposição do que vem sendo dito pela Presidente e pelo Governo com relação às florestas, nós vamos entregar a esta Casa 1,5 milhão de assinaturas de eleitores em apoio ao projeto de lei pelo desmatamento zero em nosso País.

Nós vamos fazer essa entrega no Salão Verde, para a Comissão de Legislação Participativa, e vamos trazer algumas pessoas representando esse 1,5 milhão de eleitores. Como muitos de vocês sabem, 1,5 milhão de assinaturas é o número necessário para se apresentar um projeto de lei de iniciativa popular, como foi feito com o Projeto Ficha Limpa.

Nós vamos fazer o mesmo com o desmatamento, tentando começar um novo ciclo de debates sobre como terminar com o desmatamento no País, e não mais como anistiar quem o faz ou incentivar que ele seja feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Marcio.

Mais alguém gostaria de usar da palavra? *(Pausa.)* Pois não.

O SR. GUSTAVO VIEIRA - Boa tarde.

Eu sou o Gustavo e trabalho na Assessoria Parlamentar da FUNAI.



A questão indígena toca bastante a questão de mudanças climáticas, uma vez que, dentro da via da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação — REDD, ainda não há um consenso sobre as nações indígenas. Mas o Brasil tem um dos maiores potenciais para esse novo mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação.

Então, eu queria que vocês avaliassem, na COP 20, qual seria o papel dessas comunidades tanto na regulamentação do REDD quanto em algumas outras soluções que vocês vislumbram para um acordo mais robusto. Qual parte vocês vislumbram que os indígenas teriam nessa COP de Paris?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Gustavo.

A SRA. CELINA - Meu nome é Celina. Eu sou da Assessoria Técnica da Liderança do PV e tenho uma questão para o Tiago.

Tiago, você mencionou que existem 46 mil pontos de sobreposição fundiária no Brasil, o que acrescentaria 56 milhões de hectares ao território brasileiro. Para mim, isso é gravíssimo. Não se sabe qual é a realidade, quanta terra nós temos e como ela está sendo usada. Isso inviabiliza qualquer tipo de planejamento.

A minha pergunta é: você tem notícia de algum tipo de iniciativa governamental para corrigir essa falha de conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém gostaria de usar da palavra? (*Pausa.*)

Então, nós vamos passar a palavra aos nossos convidados, para que respondam às perguntas que lhes foram dirigidas.

Eu só queria ler aqui uma pergunta feita pelo Sr. Éder Mendes, internauta que está acompanhando a nossa audiência. Ele não se dirige a nenhum dos dois convidados, portanto, quem se sentir à vontade, pode fazer algum comentário. Ele pergunta: *“Qual o motivo de as políticas de preservação não contemplar os Estados do Sul e do Sudeste? Não há conservação nenhuma nesses locais”*. Então, ele pergunta por que as políticas de preservação não contemplam os Estados do Sul e do Sudeste.

Eu passo a palavra, seguindo a ordem, ao Tiago.



O SR. TIAGO MODESTO CARNEIRO COSTA - Bom, a primeira pergunta é sobre as negociações. Eu não vou emitir nenhuma opinião pessoal aqui, mas posso dizer algo baseado nos trabalhos que temos: o Brasil tem um potencial enorme de redução nas próprias políticas que já estão em curso, o que precisaria ser mensurado.

Vou citar o exemplo do Plano ABC. Numa reunião que tivemos, representantes do Observatório ABC informaram que estão tentando fazer uma estimativa da redução de emissões, mas que, provavelmente, ela é muito maior do que se tem estimado hoje. Eles estão refazendo os cálculos. Inclusive, está sendo inaugurado um laboratório para fazer tais medições.

Também em termos de medição, os compromissos do Governo já são suficientes para elevar a redução de emissão de gases. O que acontece é que nós não conseguimos organizar os dados, as políticas e os resultados, para mostrar isso, que também não está refletido como propaganda da nossa atuação na redução.

Portanto, não conseguimos ver o que temos hoje, não conseguimos medir efetivamente o que está acontecendo, a não ser no desmatamento, de que conseguimos fazer medição por sensoriamento remoto — já há tecnologias para isso.

Sobre as atividades de agricultura, por exemplo, não conseguimos medir nem reportar os dados.

Sobre a pecuária, existem estimativas. Como o professor ressaltou, há áreas no Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso onde se coloca 1 boi em 40 mil metros quadrados, ou 4 hectares, sendo que, em cada 10 mil metros quadrados, poderiam ser colocados 7 bois. Isso reduziria em muito a área de pecuária do País, o que é uma das linhas do Plano ABC. Essa já seria uma mudança muito grande e positiva, porque se produziria mais carne por unidade de território e livraria uma parte do território. Isso traria um balanço bastante positivo e geraria muita riqueza pelo aproveitamento do território.

Esse é só um exemplo de coisas que podem ser aproveitadas e podem entrar nessa pauta.



A segunda pergunta é sobre os territórios indígenas. Eu posso falar não só sobre territórios indígenas, mas sobre todos os territórios onde hoje o Governo tem atuação direta: áreas de reforma agrária, áreas de regularização fundiária, Unidades de Conservação, áreas militares, áreas indígenas. Grande parte do território brasileiro está sob jurisdição direta do Governo.

Vamos aos dados: áreas de reforma agrária estão em 11% do território; áreas indígenas, se não me engano, estão em 12% do território; e Unidades de Conservação estão em 17% do território. O Governo é o grande responsável por essas áreas. Então, se somarmos todas elas, incluindo as devolutas, que precisam de regularização, veremos que mais de 50% do território brasileiro está sob a supervisão direta do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais.

Então, é bem clara a influência dessas áreas na redução do desmatamento e da emissão de gases. E é preciso que haja uma gestão principalmente de informações.

Desde já lincando a pergunta sobre território, foi aprovada uma lei em 2003, que estabelece que todas as informações do Governo sobre o meio rural deveriam ser integradas no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais — CNIR, não só de imóveis particulares, mas também de imóveis do Governo.

Então, desde 2003, esse grande percentual de área deveria estar dentro desse cadastro. Também todas as informações sobre cadeia, dominialidade e produção, que podem ser utilizadas inclusive para cálculo das emissões dessas áreas de maneira muito mais exata, já deveriam, desde 2003, estar num sistema único.

Qual é o problema? Eu trouxe aqui um eslaide que mostra isto: há uma série de sistemas colecionando essas informações, mas, quando vamos colocar isso num mesmo mapa, não há interlocução entre os diversos órgãos. Com isso, se eu pego informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente e das agências que estão ali dentro e coloco uma em cima da outra, parece que as áreas têm quatro andares. Determinada área é, ao mesmo tempo, Unidade de Conservação, área indígena e área de reforma agrária, bem como consta no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — como se pertencesse a alguém. E ainda não conseguimos ir



aos cartórios, porque está tudo em papel. Existe um sistema de informação dos cartórios. Mas, se formos ver, também vamos ter problema.

No INCRA, achamos no Sistema Nacional de Cadastro Rural — SNCR áreas que tinham cem vezes o território do Município onde estavam. São distorções desse nível.

Se não temos informação de qualidade, é praticamente impossível fazer qualquer tipo de planejamento de política pública depois do monitoramento.

A última questão do internauta é sobre Sul e Sudeste. Grande parte das iniciativas que foram apresentadas aqui está também na jurisdição do Sul e do Sudeste: produtor de água, o próprio CAR e todas as operações que vão trabalhar dentro do Código Florestal. Também não há vedações para que haja também Bolsa Verde no Sul e Sudeste.

O que acontece é que há uma ênfase um pouco menor nessas Regiões, até por questão de território. O território maior é realmente na Região Amazônica, pois mais da metade do País está lá. Mas existem essas políticas. Agora, com todos os problemas que foram apresentados aqui, que precisam de ações corretivas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Tiago.

Só para dar uma ideia, no Estado do Pará, um cidadão, o Cecílio do Rego Almeida, reivindica a propriedade de mais de 1 milhão de hectares de terra no Instituto de Terras do Pará.

Com a palavra o Prof. Viola.

O SR. EDUARDO JOSÉ VIOLA - Muito obrigado pelas perguntas.

Inicialmente, estou basicamente de acordo com a reflexão de Marcio, do Greenpeace.

Vamos dizer que o Brasil teve um *momentum* de credibilidade internacional. Digo isso como analista, e não pelo que foi divulgado a partir da visão governamental. Esse *momentum* de credibilidade tem a ver com todo o processo de redução do desmatamento nos anos de 2007 a 2009, particularmente, com a posição incisiva do Ministro Carlos Minc, acumulada previamente pelo trabalho de Marina Silva, o que coloca Lula, digamos, numa situação difícil, que teve de mudar de posicionamento. Isso não é difícil para Lula, porque ele não tem compromisso



com ideias nesse campo, diferentemente de Dilma, que tem ideias erradas do ponto de vista da sustentabilidade.

Então, em 2009 há um protagonismo. Isso é óbvio, digamos. Inclusive, em novembro o Brasil coloca as metas, das quais 5 meses antes, no Ministério de Relações Exteriores, era proibido falar, para dar uma ideia de como isso foi um trabalho de conjuntura, dos Governadores da Amazônia, de que Marina Silva ia ser candidata a Presidente, de que Minc era muito assertivo, muito incisivo, digamos, que tinha uma posição, afinal, de muita influência. Vários fatores levam a esse momento. Para si, ele dispara as metas, e isso obriga os outros países, como Estados Unidos, a também definir metas. Foi meio o oposto do que vemos agora. É claro que antes a União Europeia e os demais países todos tinham metas, mas o Brasil estava bem na retranca, digamos. Em 2009, não. O Brasil se adiantou a vários países, inclusive China, Índia e Estados Unidos.

Bom, aí houve um momento de credibilidade, sem nenhuma dúvida. Foi um momento de credibilidade. Mas essa credibilidade foi sendo corroída com relativa rapidez. Essa é uma realidade. Não é que o Brasil esteja com *investment grade* ou o equivalente na sustentabilidade. (*Riso.*) Por quê? Porque todas as políticas de incentivo à indústria automobilística, de subsídio ao preço da gasolina e do *diesel*, que vão de 2009 até 2014, erodem a credibilidade do Brasil profundamente. O mundo, que (*ininteligível*) reforma do Código Florestal, também erode a credibilidade do Brasil. E o fato de a redução do desmatamento na Amazônia ter ficado estagnada nos últimos 3 anos também erode a credibilidade do Brasil.

Hoje a crise econômica e política profunda também erode a credibilidade do Brasil e repercute sobre a área de sustentabilidade. A única coisa que aumenta extraordinariamente a credibilidade sistêmica do Brasil hoje é a atuação do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, com o núcleo na Operação Lava-Jato. O Brasil está sendo visto cada vez mais, hoje, no mundo, como o País em que se dá uma das ofensivas mais incisivas, comparadas às do mundo, contra a corrupção. Então, esse é um fator de credibilidade, que não tem repercussão econômica ou de sustentabilidade. Mas vocês vão ver como vai ter repercussão sobre o desmatamento ilegal na Amazônia, em poucos anos. O Governo ainda não caiu na realidade, em absoluto, como grandes empresários que ficam presos e



achavam que não iam ficar, porque antes o poder os salvava, e hoje não é mais assim.

A segunda questão é a das áreas indígenas. E eu não vou me estender. As áreas indígenas têm um papel muito importante, teoricamente, digamos, como as Unidades de Conservação, em termos da manutenção do estoque de carvão, de evitar o desmatamento, mas temos que ter cuidado com a romantização das áreas indígenas. Isso é muito comum no Brasil. Não vou entrar nisso com profundidade. O ator indígena é mais complexo e contraditório do que, muitas vezes, aparece na reflexão romantizada. Mas não tenho tempo. É uma longa discussão. Temos que ter cuidado com o modo como se coloca a questão.

À terceira questão eu não tenho capacidade para responder.

Em relação ao que foi colocado pelo internauta, vejam bem: as políticas climáticas no Brasil são políticas para todo o País. Não é que não haja para o Sul e para o Sudeste ou que haja para o restante, e não para o Sul e para o Sudeste.

O maior problema do Brasil continua sendo o desmatamento na Amazônia. Vai deixar de ser talvez, no futuro, mas ainda é de 35%. Então, é lógico que aí vem toda a questão do Norte, toda a questão da Amazônia, das florestas e do Cerrado também, que é muito importante, e que não é Sudeste e Sul. Têm mais relevância as políticas, mas as políticas são sistêmicas. E, logicamente, as políticas apropriadas para o Sul e para o Sudeste são as políticas relacionadas a energia, a processos industriais e a transporte. São decisivas.

As metas de 2009 são metas muito limitadas, digamos, e as políticas dos últimos anos foram opostas, porque foi subsídio a gasolina e *diesel*, o que contribuiu para quebrar a PETROBRAS e contribuiu para erodir profundamente o ciclo da indústria do etanol, de todo o complexo do etanol. Além disso, contribuiu para aumentar o congestionamento de tráfego nas cidades, a ineficiência sistêmica do sistema de transporte e de logística. Tudo foi realmente muito contrário às intenções em relação à carbonização. Nesse sentido, pode-se dizer que, como a nova matriz macroeconômica dos últimos anos foi totalmente carbonizante, as políticas efetivas das grandes áreas urbanas do Sul e do Sudeste foram totalmente contrárias à ideia, mas não porque não exista uma política sistêmica climática. A lei climática é uma lei



sistêmica, mas a implementação, obviamente, de tudo o que tem a ver com grandes cidades, na era Dilma, é um desastre extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bom. Muito obrigado.

Deputado Mendes Thame, V.Exa. quer fazer alguma observação? (*Pausa.*)

Eu queria agradecer imensamente aos nossos convidados, em especial a todos os que ficaram até este momento.

Eu queria dizer que duas questões aqui ficam como desafios, e não só para nós Deputados, mas também para os nossos convidados. Se puderem nos brindar com as suas contribuições, serão muito bem-vindas.

Um desses desafios eu acho que foi colocado aqui por Tiago. E nós já havíamos discutido isso com alguns assessores da Casa. Nós precisamos fazer uma consolidação da legislação ambiental, porque, de fato, isso é um entrave para todos. É um entrave econômico, é um entrave cognitivo inclusive, para compreender qual é o ordenamento jurídico que abriga o conjunto desses desafios que temos que superar.

Eu já conversei com o Presidente desta Comissão no sentido de constituirmos um grupo de trabalho ou até mesmo uma Subcomissão, para tentarmos fazer isso. Acho que esse é um desafio para o Legislativo, depois do Código Florestal, das resoluções do CONAMA. Hoje nós tivemos um embate aqui, digamos assim, que é exemplar do que estamos discutindo. É preciso que façamos isso, talvez com a Consultoria.

Se os senhores tiverem alguma opinião sobre o que é importante nesse sentido, aqui nós temos uma avenida à disposição dessas provocações. Portanto, fica registrada a nossa disponibilidade de receber as contribuições que possam vir, do Prof. Eduardo Viola, do Tribunal de Contas da União e de outras entidades que queiram fazê-lo, como o Greenpeace e outras que estão aqui presentes.

A outra questão: quais seriam os pontos que nós poderíamos enfatizar, a partir deste debate. Porque nós vamos fazer um diálogo. Isso já está pacificado nesta Comissão e na Frente Ambientalista, salvo engano. O Deputado Sarney, ontem, na audiência com a Ministra, já pontuou isso. Faremos um diálogo com o Poder Executivo no sentido de aprimorar a posição que não foi, como disse Márcio, aqui sequer esboçada. Aqui, a Ministra disse que está indo para os números finais,



que está checando os cenários macroeconômicos. Ou seja, o Governo ainda está aferindo, por conta da crise econômica, as projeções para o futuro e deve anunciá-las no dia 27, nos Estados Unidos. Mas estamos aqui dispostos a tentar colaborar, com uma contribuição crítica àquilo que for considerado por esta Comissão ou no sentido de corrigir rumos.

Também nesse sentido, se os senhores tiverem sugestões a fazer a esta Comissão, nós ficaremos extremamente gratos e receptivos a esse tipo de ajuda.

No mais, agradeço pela presença a todos, especialmente aos nossos convidados, e dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)